III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MPH1081

A URBANIZAÇÃO DAS CIDADES

RUI FERREIRA BARBOSA JUNIOR
MOACIR JOSÉ DOS SANTOS
ruibarbosadir@gmail.com
MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ORIENTADOR(A)
MOACIR JOSE DOS SANTOS
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

A URBANIZAÇÃO DAS CIDADES

Resumo: O objetivo do presente trabalho consiste em demonstrar o processo de urbanização das cidades brasileiras relativo à intensificação da industrialização na década de 1940. Trata-se de pesquisa exploratória, descritiva, com análise bibliográfica e documental. Os resultados demonstram que a urbanização e o crescimento das cidades, no geral, ocorreram de forma acelerada ao longo dos anos, ocasionando fatores que contribuem para o dinamismo econômico e simultaneamente para os problemas urbanos presentes nos grandes centros. Assim, o presente estudo corrobora a tese de que o processo de urbanização vem mobilizando a criação de políticas urbanas no intuito de resolver os problemas urbanos e contribuir para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Urbanização. Êxodo Rural. Políticas Públicas.

A DEVELOPMENT OF CITIES

Abstract: The objective of this study is to demonstrate the process of urbanization of Brazilian cities on intensifying industrialization in the 1940s It is exploratory, descriptive research with bibliographical and documentary analysis. The results show that urbanization and the growth of cities, in general, occurred at an accelerated rate over the years, leading factors that contribute to economic dynamism and simultaneously to urban problems present in the large centers. Thus, this study supports the thesis that the process of urbanization has been mobilizing the creation of urban policies in order to solve urban problems and contribute to regional development.

Key-words: *Urbanization. Rural Exodus. Public Policy*.

1. INTRODUÇÃO

A urbanização consiste no desenvolvimento das cidades, que engloba a edificação de moradias, escolas, hospitais, dentre outros, sendo que a mesma sofreu um crescimento acelerado no Século XX, em virtude da industrialização dos centros urbanos, fazendo com que o homem deslocasse do campo para as cidades, fenômeno conhecido como êxodo rural.

Entre os séculos XVI ao XIX, a população do Brasil concentrava-se em sua maioria no campo, explorando o ciclo da cana-de-açúcar, com a existência de pequenos núcleos em torno do litoral brasileiro. Posteriormente, a exploração do minério era a atividade principal no País, onde já existia a concentração de pessoas em vilarejos no interior de todo o território, e, com o ciclo do café, existia um número elevado de cidades, principalmente no sudeste do Brasil.

Logo após o ciclo de exploração da cana-de-açúcar, mineração e café, já no Século XX, ocorre o desenvolvimento da industrialização, período conhecido como a migração do campo para a cidade, e, denominado de êxodo rural.

A migração do homem campo-cidade fez com que o processo de urbanização do Brasil se desse de forma acelerada e desordenada, no período de industrialização do País, onde o crescimento do comércio e oferta de serviços teve destaque no crescimento das cidades e da urbanização.

Em algumas regiões houve uma grande concentração de população, fazendo com que ocorresse uma migração tanto do homem do campo para a cidade (êxodo rural), mas também das grandes cidades para médias cidades (desconcentração urbana – concentração regional) na busca incessante de maior geração de empregos, serviços, qualidade de vida.

Com a saída do homem do meio rural para o urbano, além da urbanização, também teve como fator de migração, o processo de mecanização da área rural, a construção de rodovias interligando as demais regiões do País, a grande concentração de terras nas mãos de um número pequeno de produtor.

Por ouro lado, o crescimento da urbanização aliado diretamente a industrialização fez com que as cidades crescessem de forma desordenada, com excesso de habitantes, falta de infra-estrutura e investimento, com a existência de moradores sem teto, desigualdade social, aumento da criminalidade, desemprego, valorização de imóveis em determinadas localidades, poluição do meio ambiente em geral.

Contudo, após o crescimento das cidades forte nas razões do capitalismo, a preocupação com a ocupação do uso do solo, diretrizes de ordem constitucional foram criadas para possibilitar a gestão urbana – administração do espaço urbano – a exemplo da instituição do plano diretor para as cidades com população superior a 20 (vinte) mil habitantes[1], visando abrangência ambiental, institucional, social, mobilidade, urbanístico e econômico, e também, o Estatuto da Cidade, regulamentando os artigos da Constituição Federal no que se referem a reforma urbana, traçando metas de gestão democrática, cooperação governamental, planejamento e desenvolvimento de cidades sustentáveis, com uso correto do solo, qualidade do meio ambiente, bem como a regularização fundiária e urbanização de parte de terras ocupadas por cidadãos.

Logo, o avanço do capitalismo, na história mundial fez com que ocorresse a urbanização das cidades de forma acelerada, trazendo consigo melhor qualidade de vida,

---

[1] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil; *www.planalto.gov.br;*

salários, educação, moradia, bem como poluição ambiental, desigualdades sociais, criminalidade, zonas periféricas em situação de edificação irregular, dentre outros.

2. HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO E ÊXODO RURAL

Nos primórdios da humanidade, o homem durante sua evolução animal, reunia-se em grupos, com o objetivo de sua própria segurança, bem como tinha hábitos de cultuar os mortos (antepassados), o que fez nascer a existência de núcleos de indivíduos aglomerados em um mesmo local, e, nessas localidades estas pessoas, também, desenvolviam práticas agrícolas e pecuária.

A doutrina de Coulanges (1975) relata que a religiosidade é um fator de concentração do homem com a sociedade quando "*ao analisar a cidade antiga, deixou manifesta a presença da religiosidade como mecanismo aglutinador da sociedade*".[2]

Denota-se que a religiosidade aliada à prática de atividade rural, bem como a segurança do próprio homem na época, ocasionava uma reunião e aumento da população, em especial pela sua própria multiplicação, com a formação de tribos/aldeias.

Logo, é possível a percepção de que a existência das cidades e sua urbanização se deram a partir da transformação das aldeias motivada pela religiosidade, aumento da produção de alimentos, segurança pessoal, dentre outros fatores aglutinadores.

Na Idade Média, podemos visualizar melhor a figura das cidades, onde as chamadas comunas ganhavam autonomia através de uma carta de autorização concedida pelo Rei, mas não se pode esquecer-se das lutas que as cidades enfrentavam com os senhores feudais, em busca pela liberdade e autonomia.

Neste período era comum as pessoas aglomerarem em torno dos castelos, com a formação de práticas comerciais (feiras), atribuindo ao local certa função econômica, gerando conflitos pelo domínio do poder, iniciando uma via *crucis* entre senhores, comerciantes, e diversos outros grupos sociais ali existente.

Na concepção de Fernandes (1984), o território é marcado pela sua diversidade e conflito, quando diz que "*o território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais*".[3]

No Brasil, as Vilas de São Vicente e Piratininga (atual São Paulo) foram as primeiras aglomerações de pessoas/povoados, onde a coroa portuguesa despertou o olhar em fundar

---

[2] COULANGES, Fustel de. A cidade Antiga. São Paulo: Hemus, 1975, p. 116.
[3] FERNANDES, Florestan (Org.) Marx & Engels. São Paulo: Ática, 1984.

vilas, com intuito de defender a costa, dinamizar e povoar o território da sua capitania, viabilizando a colonização e pacificação dos indígenas que ali moravam, buscando o desenvolvendo na exploração da cana-de-açúcar como modelo econômico para o mercado no exterior.

Desde a colonização pelos portugueses, o Brasil teve ciclo de exploração da cana-de-açúcar, mineração e café, com extrema influência de exploração de novos territórios em busca de lucro, e, já no Século XX, até o início da década de 1940, o Brasil era um País agrário que exercia exportação de café, que com a expansão da Revolução Industrial surge o chamado êxodo rural, onde a população migrava do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida, empregos, escolas, onde até então havia núcleos familiares no campo.

Para Silva (2014)[4] a urbanização espalhou por todo o mundo, de forma desigual entre os países, ao relatar que:

> "durante o século XX, o processo de urbanização se generalizou, espalhando-se por toda a superfície do planeta. Vale lembrar que ate meados deste século o fenômeno da urbanização era lento e circunscrito aos países que primeiro se industrializaram, os chamados países desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento, a urbanização se intensificou a partir de 1950, graças ao crescimento da industrialização".

Assim, na década de 1940, o capitalismo voltado para a Revolução Industrial, ancorado nas teorias kenyanas e fordistas, visando à eficiência do trabalho como resultado ao bem estar social, fez com que houvesse o desenvolvimento das indústrias e aumento de pessoas nas cidades, com aglomerações em diversas partes do Brasil, principalmente na macrorregião sudeste.

Fatores outros, como a mecanização das atividades rurais com o intuito otimizar e viabilizar a alta produtividade, a decadência da economia rural, o aumento da pobreza no campo, instabilidade do trabalho, a concentração de terras em domínio de um número pequeno de produtores, interligação dos territórios brasileiros com o avanço das rodovias, também tiveram sua contribuição para que a população rural deslocasse para zonas urbanas.

Assim, a modernização do campo, grande parte da mão-de-obra teve de ser dispensada. Os empregados rurais, substituídos pelas máquinas, localizaram-se em bolsões de pobreza na periferia da cidade, com a presença do desemprego e criminalidade.

A modernização deve ser entendida, segundo Graziano da Silva (1996)[5], como "*o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade*".

---

[4] SILVA, Edson Jacinto da. Loteamento Urbano. Leme: Mizuno, 2014, p. 21.

Nota-se que o aumento da utilização de maquinários com alto padrão de tecnologia, trouxe uma eliminação de empregos no campo, com a intensificação da migração campo-cidade e o agravamento do êxodo rural.

Assim, a urbanização das cidades provocou um crescimento desordenado, eis que o desenvolvimento industrial amparado na reunião de capital por parte das empresas e bancos, onde o crescimento do capitalismo era intenso fez com que houvesse uma migração desordenada da população do campo para a cidade.

Nesse sentido, Santos (1998)[6] relata que *"quanto mais intensa é a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são uma das outras*".

Logo, percebe-se que as cidades tiveram transformações em seu espaço decorrentes do rápido aumento de habitantes decorrentes do êxodo rural e guiados pela força da revolução industrial, trazendo consigo inúmeros problemas, como a separação espacial das cidades por classes sociais, onde a classe alta concentra em torno dos centros urbanos e as demais em uma zona periférica.

2.1. DAS POLITICAS PÚBLICAS

Com o crescimento das cidades forte nas razões do capitalismo, a preocupação com a ocupação do uso do solo, diretrizes de ordem constitucional foram sendo criadas para possibilitar a gestão urbana, a qual se funda na administração do espaço urbano.

Pois, o êxodo rural trouxe conseqüência de ordem socioeconômica, com formação de bairros pobres (desigualdade), invasões, construções inadequadas, desemprego, violência, excesso de mão-de-obra, poluição de recursos naturais.

Com a Constituição Federal de 1988, a política urbana veio ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade com garantia do bem estar de seus habitantes, instituindo o plano diretor para as cidades com população superior a 20 (vinte) mil habitantes, com abrangência ambiental, institucional, social, mobilidade, urbanístico e econômico.

No ano de 2001 o Estatuto da Cidade foi criado através da Lei Federal nº 10.257, regulamentando os artigos da Constituição Federal no que se referem a reforma urbana, traçando metas de gestão democrática, cooperação governamental, planejamento e desenvolvimento de cidades sustentáveis, com uso correto do solo, qualidade do meio

---

[5] GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, 1996, p. 19.
[6] SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 58.

ambiente, bem como a regularização fundiária e urbanização de parte de terras ocupadas por cidadãos.

Nesse sentido, SILVA (2001)[7] relata que:

> "as cidades se preparavam para receber as industrias investindo em infraestrutura, energia elétrica, meios de comunicação e transporte, incentivos fiscais, contudo não se investia na produção de um espaço urbano mais humano e equânime. Ao contrario, a política desenvolvimentista atraia cada vez mais mão de obra, formadora da reserva de mercado e oferecia pouca comodidade – serviços urbanos".

Sobre o tema VILLAÇA (2001)[8] vai além, quando diz que:

> A mudança de governo com a chegada de um novo partido ao poder, pode significar o abandono do Plano Diretor elaborado pela gestão anterior, ou ainda, a mudança das gerências encarregadas de implantá-lo, pois são cargos de confiança, geralmente comissionados, e nem sempre ocupados por profissionais qualificados para a função. A ausência de um planejamento prévio torna o governo municipal refém dos problemas da cidade, sempre correndo atrás de questões isoladas (transporte coletivo, tráfego urbano, transporte escolar, saúde pública, déficit habitacional).
> Os Planos Diretores elaborados no Brasil possuíam caráter mais teórico (ideológico) que prático. Abrigados em faculdades de arquiteturas, órgãos de planejamento urbano ou metropolitano dezenas de governos municipais, estaduais e federais, estes planos não passaram do discurso, não se constituíram em ações concretas do Estado.
> Dos enormes volumes com centenas de páginas, recheados de mapas, pesquisas e estatísticas elaborados por equipes multidisciplinares e abordando enorme leque de problemas, transformam-se em meros projetos de lei, às vezes contendo apenas declarações de princípios, políticas ou diretrizes gerais, às vezes até sem mapas, ou com poucos mapas.

Por conseguinte, embora as finalidades do Plano Diretor e Estatuto da Cidade sejam a de elaborar metas, nem sempre a sua aplicabilidade é atingida, a exemplo de mudanças partidárias, inviabilizando a continuidade traçada na gestão anterior.

Logo, o avanço do capitalismo na história mundial fez com que ocorresse a urbanização das cidades de forma acelerada, surtindo efeitos positivos, como qualidade de vida melhor, salários, educação, moradia, mas também trouxe e deixou efeitos negativos como poluição ambiental, desigualdades sociais, criminalidade, zonas periféricas em situação de edificação irregular, dentre outros.

Com isso, as políticas públicas buscam contornar a situação com a implantação de metas a serem implantadas e cumpridas, com visão para a proteção do meio ambiente, desigualdades, propriedade, moradia, dentre outros direitos e garantias constitucionais, o que pode levar tempo para que as cidades absorvam os impactos da urbanização.

---

[7] SILVA, Ricardo Toledo, A regulação e o controle público da infra-estrutura e dos serviços urbanos no Brasil. São Paulo: Edusp. 2001.

[8] VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história da planejamento urbano no Brasil. In: O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp. 2001, p. 188.

3. METÓDOS

De acordo com os procedimentos realizados na pesquisa trata-se de um estudo básico bibliográfico em fontes secundárias, no que tange ao tema em questão – urbanização das cidades – onde o trabalho se desenvolveu e teve seus contornos delineados.

Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva sobre o tema urbanização das cidades.

De acordo com Gil[9] (2008), "*as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência*".

A coleta de dados do trabalho se deu através de leituras textuais sobre os assuntos que compõe o presente, a exemplo de livros.

Através do método utilizado denota-se que a urbanização do Brasil se deu de forma acelerada no período em que os efeitos da Revolução Industrial atingiram o País na década de 1940, onde ocorreu à migração do campo para a cidade, fenômeno conhecido como êxodo rural, fazendo com que a população urbana aumentasse em grande escala no período de recorte do estudo (1940 a 2010).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os ensinamentos literários de autores como Coulanges (1975), Fernandes, (1984), Graziano da Silva (1996), Santos (1998), Silva (2014), Villaça, (2001), e outros doutrinadores, além do acervo disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, tiveram um apreço no significado do tema do trabalho – urbanização das cidades – onde as discussões bibliográficas apontam que o avanço do capitalismo atrelado com a Revolução Industrial fez com que ocorresse a urbanização das cidades brasileiras de forma acelerada e desordenada.

O período do crescimento se deu entre a década de 1940 a 2010, com a influência do êxodo rural, fator de relevância para a migração do campo-cidade, mas também da mecanização do campo.

As discussões bibliográficas apontam que a urbanização trouxe melhor qualidade de vida, salários, educação, moradia, bem como poluição ambiental, desigualdades sociais, criminalidade, zonas periféricas em situação de edificação irregular, em especial na macrorregião sudeste, havendo uma urbanização concentrada nas metrópoles, mas também o

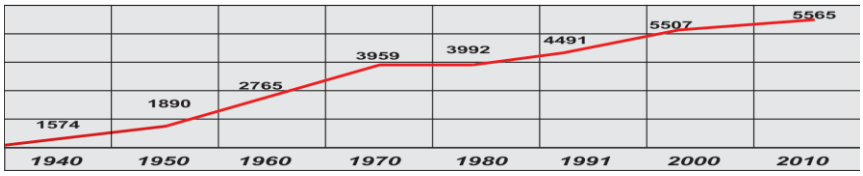
[9] GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

efeito de desconcentração da própria metrópole, ou seja, a migração do homem da cidade (metrópole) para outra cidade de médio porte, pertencente à mesma região, onde a população busca melhor emprego e qualidade de vida.

Neste compasso, a população rural do Brasil que em 1940 era de 31%, após o processo de industrialização, em especial na macrorregião sudeste, na década de 1950, fez com que o crescimento populacional urbano aumentasse, onde no ano de 2010, a população do Brasil, mesmo sendo um País em desenvolvimento chegou a níveis de países desenvolvidos, com margem de 84% de sua população na área urbana, tudo fruto da influência do capitalismo estimulado pelo lucro.[10]

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1940-2010.

Ainda, no intuito de demonstrar o crescimento da urbanização brasileira, nos termos do informativo do IBGE, em 1940 o Brasil tinha 1.579 municípios, número este que foi elevado no ano de 2010 para 5.565 municípios, tendo como fator influenciador a migração do campo-cidade (êxodo rural)[11].



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1940-2010.

Ainda, embora o processo de urbanização tenha destaque no âmbito constitucional com a edição de normas de políticas urbanas, como o plano diretor e o estatuto da cidade, a preocupação com a efetividade das normas também é motivo de preocupação, ante o seu teor ideológico.

---

[10] IBGE, Censo demográfico 1940-2010. www.ibge.gov.br.
[11] _____, Censo demográfico 1940-2010. www.ibge.gov.br.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo destaca o processo histórico de aglomerações de pessoas, no decorrer do tempo, onde foram existindo os personagens de cada época, ciclos de exploração de territórios (cana-de-açúcar, mineração e café), sendo os fatores de deslocamento de grande número de pessoas de uma região para outro, com o objetivo único do lucro.

Fatores estes desencadearam o chamado êxodo rural, ou seja, a mudança do homem do campo para a cidade, onde a mecanização do campo também teve sua parcela de resultado para o inchaço das cidades decorrentes da urbanização acelerada no inicio da década de 1940, em especial na macrorregião sudeste do Brasil, em especial pela movimentação que a Revolução Industrial fazia no País.

Contudo, buscou-se nesse trabalho entender o processo de urbanização das cidades brasileiras, iniciado com a revolução industrial e desencadeando o êxodo rural, e, após o processo de crescimento das cidades, a preocupação das políticas públicas em tentar conservar o meio ambiente, regular o aspecto econômico, político, social das populações que se encontram em níveis de desigualdades com as demais.

Pois, as discussões bibliográficas apontam que a urbanização trouxe melhor qualidade de vida, salários, educação, moradia, mas também poluição ambiental, desigualdades sociais, criminalidade, zonas periféricas em situação de edificação irregular, em especial na macrorregião sudeste, havendo uma urbanização concentrada nas metrópoles, mas também o efeito de desconcentração da própria metrópole, ou seja, a migração do homem da cidade (metrópole) para outra cidade de médio porte, pertencente à mesma região, onde a população busca melhor emprego e qualidade de vida.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil; www.planalto.gov.br;

COULANGES, Fustel de. A cidade Antiga. São Paulo: Hemus, 1975, p. 116.

FERNANDES, Florestan (Org.) Marx & Engels. São Paulo: Ática, 1984.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, Jose. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, 1996, p. 19.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas: www.ibge.gov.br: censo demográfico 1940-2010.

____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas: www.ibge.gov.br: censo demográfico 1940-2010.
SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 58.
VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história da planejamento urbano no Brasil. In: O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp. 2001, p. 188.
SILVA, Edson Jacinto da. Loteamento Urbano. Leme: Mizuno, 2014, p. 21.
SILVA, Ricardo Toledo, A regulação e o controle público da infraestrutura e dos serviços urbanos no Brasil. São Paulo: Edusp. 2001.